

## Emigração cabo-verdiana: de fado a projecto

Corsino Tolentino

No seu fascinante *Cabo Verde: Viagem pela História das Ilhas*, Germano Almeida serve-se de uma fórmula lapidar do poeta e letrista de mornas Gabriel Mariano para recordar a triste sina de um povo colocado e por séculos abandonado numa terra dita de mau fado: *si tchuba ca tem, morrê di sede / si tchuba bem, morrê fogóde* (Se não chove, morremos de sede / se chove, morremos afogados).

Ora, se desde o princípio do povoamento, secas devastadoras e insuficiência de meios de subsistência foram uma constante a toldar o horizonte dos cabo-verdianos, é natural que eles tenham lido na mensagem da independência, sobretudo, vida, liberdade e bem-estar, essas aspirações tão simples e tão essenciais como respirar, comer, beber, circular e escolher o seu caminho, e que, em princípio, se conseguem com trabalho, educação e saúde.

Também é verdade que, apesar do esforço de alfabetização, formação de quadros e construção da economia para lhe mudar a face e os fundos, desde 1975, com altos e baixos, há quase três décadas, Cabo Verde continua, por falta de recursos endógenos, condenado à dependência do exterior (Almeida, 2003: 26).

Por seu turno, David Landes, mostrando uma imagem familiar ao ilhéu da estiagem, afirma em *The Wealth and Poverty of the Nations* (A Riqueza e a Pobreza das Nações) que qualquer observador do fenómeno migratório – entendido como deslocação relativamente permanente de pessoas ou grupos para áreas significativamente distanciadas do seu local originário ou habitual de residência (Rogeyro, 2001) – sabe que, quando se trata de fluxos de países pobres para países ricos, os filhos dos imigrantes são mais altos e de constituição mais robusta do que os seus progenitores (Landes, 1999: xix). É igualmente ponto assente que, em regra, os imigrantes são mais eficientes, mais produtivos, entre outros motivos, porque a organização do trabalho é melhor, os incentivos são mais interessantes e ninguém gosta de levar frustrações para casa.

O objectivo deste artigo é demonstrar que o mesmo talento que matou o espectro da fome, essa ameaça que perseguiu e aterrou os cabo-verdianos, do povoamento à independência, que nem assombração, pode reduzir a vulnerabilidade, melhorar a posição na economia mundial e, por conseguinte, pôr no lugar do fado de seca, penúria e morte um projecto de acesso ao conhecimento para vencer a pobreza e para a gente viver com decência. Esta mudança profunda e com efeitos de longo prazo, uma verdadeira revolução, implica perceber e tratar de modo nunca antes visto, três realidades complexas: economia, educação e emigração.

## **O falso enigma da economia cabo-verdiana**

A economia colonial foi uma série de abandonos e desastres, entrecortada aqui e ali por vislumbres de esperança e prosperidade mas, do tráfico negreiro e da escravatura, da cana-do-açúcar e da vinha, da urzela e do algodão, do milho e do feijão, do mar e do sal, do apoio à navegação marítima à navegação aérea, do sol e do turismo, dos animais, plantas e tradições que passaram pelas ilhas, o cabo-verdiano fez-se com a aptidão natural para existir no vaivém da descoberta que lhe está na origem e no sangue.

Apesar de, perante a hipótese do encontro contingente, a teoria da assimilação e mestiçagem como originalidade da expansão portuguesa proposta pelo distinto geógrafo Orlando Ribeiro (1994: 53), ser pouco consistente, parece não haver dúvida de que os católicos portugueses e espanhóis, sem obediência a qualquer plano, mas por serem poucos e pobres em relação aos novos espaços e exigências, em geral, na ausência de mulher branca, foram aqueles que mais se misturaram com africanos, ameríndios e asiáticos. Pelo contrário, os protestantes ingleses, holandeses e alemães, além de, já nessa altura, serem mais numerosos, instruídos e ricos, colonizavam com família, diferença de que resultaria melhor equilíbrio entre homens brancos e mulheres brancas nas novas terras e maior segregação, até ao extermínio das populações locais, por exemplo, na Austrália e nos Estados Unidos da América.

Diferenças de colonização à parte, o certo é que a fusão dos elementos participantes na formação da sociedade cabo-verdiana foi tão longe em profundidade e extensão que quase eliminou o preconceito racial, dando origem a um verdadeiro tesouro sob a forma de uma forte unidade subjectiva revestida de diversos tons e festejada em todas as ilhas e respectivas colónias mundo fora. É sim, porque, contra as aparências, nas ilhas e no estrangeiro, entre os cabo-verdianos, as linhas divisórias vêm das posses e das habilitações, passadas ou presentes, reais ou simplesmente imaginadas.

Por isso, Cabo Verde é mais interface humano, zona de convergência e difusão, do que um grupo charneira, conceito utilizado por alguns historiadores para a definição funcional das sociedades crioulas formadas no bojo da expansão europeia e do tráfico negreiro (M'Bokolo, 2003: 473), conceito certamente mais apropriado para caracterizar uma realidade humana mais conjuntural e menos dinâmica.

No campo da economia, Cabo Verde parece um enigma. Foi importante ponte estratégica no Atlântico das grandes navegações, como as irmãs Madeira, Açores e Canárias mas, por menos afortunada do que elas, passou por um processo de povoamento mais difícil. A mesma localização geográfica que dele fez a mão armada da Europa mais próxima das costas de África, deu origem a um fantástico laboratório de gentes, animais, plantas, símbolos e saberes, no qual haveria de nascer uma das civilizações mais integradas que o mundo até hoje viu, infelizmente, ainda com pouca visibilidade, precisamente por falta de meios de se estudar e mostrar.

Apesar disso, entre um sistema colonial instalado por uma metrópole sem a vitalidade de uma revolução industrial e uma terra cruel onde as nuvens sempre passaram mais tempo a passear

securas do que a preparar chuvadas, os cabo-verdianos atravessaram meio milénio criando cultura e afinando resistências, entre o mundo e as ilhas, a vida e a morte.

Vibraram com as promessas das décadas de 50 e 60 do século XX que embalaram a Ásia, a África, a América Latina e os excluídos da América, Europa e além-mar. Organizaram-se e conseguiram a independência, em 1975, sem traumas nem rancores de maior. Empenharam-se no crescimento económico sem esquecer a origem das coisas, nem a coesão social, nem a solidariedade. O emigrante, volte ou não, continua com o poeta e o músico a dizer que sai pelo gozo do regresso.

Devagar, o país cresceu em estatísticas e melhorou formas de viver, embora menos do que é preciso e o bem-estar exige. Porém, a chamada cooperação internacional acumula mais burocracia do que inteligência e lá se vai o arquipélago consumindo em mais uma absurda batalha. É que a ONU quer expulsá-lo do grupo dos países menos avançados, e ele que sim, merece sair porque avançou até entrar no grupo seguinte, o dos países de desenvolvimento médio, mas igualmente que não, então que pedagogia é essa, ainda há desemprego a mais e educação e saúde a menos e, ainda por cima, que injusto não é apanhar por ter melhorado a vida com trabalho honesto e ajuda dos amigos!

É verdade, o fantasma da fome já não mexe com o imaginário dos jovens, aquela terra que muitos diziam incapaz de aguentar mais do que três meses depois da independência ultrapassou em desenvolvimento humano (saúde, educação e rendimento) todas as irmãs do Portugal do Minho a Timor e, com elas, mais de sete dezenas de países de Ásia, África, América Latina e Médio Oriente, a maior parte com mais coisas materiais e menos proveito para o povo!

### Cabo Verde entre os membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)

N.º de ordem segundo o IDH	País	População (milhões)	Esperança de vida à nascença (anos)	Alfabetização de adultos (%; 15 e mais anos)	Rendimento <i>per capita</i> ajustado ao poder de compra (US\$)	Índice de educação (adultos, primário, secundário e superior)	Índice de desenvolvimento humano (IDH)
<b>1</b>	<b>Noruega</b> <sup>1</sup>	<b>4,5</b>	<b>78,7</b>	<b>100,0</b>	<b>29.620</b>	<b>0,99</b>	<b>0,944</b>
23	Portugal	10,0	75,9	92,5	18.150	0,97	0,896
65	Brasil	174,0	67,8	87,3	7.360	0,90	0,777
103	Cabo Verde	0,4	69,7	74,9	5.570	0,77	0,727
122	S. Tomé e Príncipe	0,2	69,4	83,1	1.317	0,75	0,639
164	Angola	12,8	40,2	42,0	2.040	0,38	0,377
166	Guiné (B)	1,4	45,0	39,6	970	0,41	0,373
170	Moçambique e Timor <sup>2</sup>	18,2	39,2	45,2	1.140	0,43	0,356
<b>175</b>	<b>Serra Leoa</b>	<b>4,6</b>	<b>34,5</b>	<b>36,0</b>	<b>470</b>	<b>0,41</b>	<b>0,275</b>

Fonte: Adaptado do Relatório do Desenvolvimento Humano 2003 (PNUD).

Notas: A inclusão do primeiro e último dos 175 estudados países segundo o IDH ajuda a situar cada caso. A informação sobre Timor-Leste, o membro mais recente da CPLP e o país asiático menos avançado, é incompleta por dois motivos: Timor não se inclui nos 175 países a que o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2003 se refere e os índices do Relatório Nacional de 2002 não são suficientes para preencher o quadro.

Para constar, aí vão alguns indicadores do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003: posição (103º entre 175), esperança de vida à nascença (69,7 anos), taxa de alfabetização de adultos (74,9%), taxa de escolaridade bruta conjunta do primário, secundário e superior (80%), rendimento *per capita* ajustado ao poder de compra (5.570 dólares americanos).

Como Cabo Verde conseguiu o 103º lugar, seguido da China, El Salvador e Irão, entre os 175 países estudados ou porque muitos outros que pareciam ter melhores condições à partida não conseguiram é uma boa pergunta, cuja resposta tem a ver com as causas da riqueza e da pobreza das nações que já em 1817 Thomas Malthus considerava o verdadeiro objecto da Economia Política (Landes 199: vii). Mais prosaicamente, responder à pergunta será decifrar o enigma da economia cabo-verdiana, quiçá com a ajuda de Mia Couto (2003) falando sobre o seu próprio Moçambique e a respeito do eventual valor económico «desse não sei quê especial, essa habilidade em trocar cultura e produzir mestiçagens, essa capacidade de serem os próprios, sendo outros».

### **A educação além da instrução**

Não existem vestígios de ter havido instrução pública em Cabo Verde entre a chegada dos portugueses (1460) e a criação da primeira escola oficial do ensino primário no arquipélago, na então Vila da Praia de Santa Maria, hoje Praia, a capital (1817), três séculos depois (Semedo 2003: 1).

Mas, significa isto que, entretanto, não houve educação nas ilhas? Não, por dois motivos: primeiro, na expressão do antropólogo brasileiro Gilberto Velho (2002), obviamente relacionada com o caso em análise, «*os saberes são em qualquer sociedade expressão e produto de processos sociais, ao mesmo tempo que actuam sobre eles transformando-os em uma relação permanente e constitutiva da própria sociedade*» e segundo, porque, desde o início houve a instrução quase exclusivamente promovida pela Igreja Católica, principalmente os jesuítas.

Os sucessivos ciclos de perseguição e exclusão que privaram Portugal da criatividade dos árabes, dos judeus, dos liberais, dos jesuítas, dos comunistas e de todos aqueles que não pensavam nem diziam pensar como os déspotas de serviço, laicos ou religiosos, também reduziram drasticamente a liberdade, a circulação de ideias e a capacidade inventiva no arquipélago. Certamente, envolvendo as variáveis sociais e económicas, que acabam por influenciar de forma mais ou menos intensa, o universo do simbólico e a dimensão cultural propriamente dita explicarão parcialmente a complexa estratégia de sobrevivência e afirmação do cabo-verdiano.

Entretanto, combinando educação clerical e laica, instrução privada e pública, saber formal e popular, cruzando cultura africana, europeia e americana, partilhando sentimentos de várias cores e oferecendo abrigo a todas as classes, raças e credos que chegaram, do escravo ladino, que tinha mais valor de mercado porque falava português, tinha instrução religiosa e sabia fazer os trabalhos domésticos ou de campo, além de gerar mulatos, passando pela escola primária, secundária e eclesiástica, ao ensino superior, ainda mais no exterior do que no país, Cabo Verde

tem a intuição de que só o conhecimento e o poder do trabalho para transformar o saber em bens e serviços, onde quer que seja, o poderão libertar completamente da pobreza e dos receios do futuro.

Efectivamente, existe uma percepção generalizada de que o país será salvo pelo conhecimento e a boa gestão. Mais de 95 por cento das crianças frequentam a escola primária, o analfabetismo adulto baixou até perto de 15 por cento, o ensino secundário aumentou exponencialmente e já cobre quase 50 por cento do grupo etário respectivo, cerca de 2.250 jovens fazem cursos superiores em institutos públicos e privados em Cabo Verde e outros 1.300 estão em universidades estrangeiras. São bons números, mas não falam da qualidade da educação e os institutos superiores ainda são centros de ensino pós-secundário sem relação explícita entre si, nem com o quadro político e económico onde se situam ou os valores referenciais da sociedade que se deseja.

São números que causam admiração pelo mérito que revelam e espanto pelo que não dizem e é importante. Mas a história de Cabo Verde e da educação comparada encerram lições para ajudar à compreensão das ambiguidades actuais e para a construção de respostas consistentes a perguntas como estas que pairam no ar: então, se a necessidade do ensino superior é óbvia e a sua viabilidade demonstrável, por que não se resolve o problema? Por mais quanto tempo continuará o sistema educativo cabo-verdiano acéfalo? Entre as noções de instrução por instrução e educação para o desenvolvimento esconde-se uma parte da resposta a estas perguntas tão pertinentes quanto inquietantes.

### **A emigração como investimento**

Os cabo-verdianos resultam de certa forma da emigração, crescem migrando entre as ilhas, deixam as fronteiras, e aqueles que não viajam de verdade fantasiam porque todos têm alma de emigrante, circunstância com sérias implicações na vida de cada um e na relação do poder político com o povo, o território e o mundo. Por conseguinte, emigração não tem de ser custo nem fatalidade, mas investimento e oportunidade, praticamente sem limite.

Todavia, entre uma coisa e outra, a distância é grande e o caminho sinuoso. Ainda nos anos 40 do século passado algumas ilhas perderam só numa daquelas fomes brutais causadas por falta de atenção e de chuva metade da sua população. É um facto. Diz-se que há mais cabo-verdianos emigrantes do que nas ilhas, também é verdade, e se houvesse alguma dúvida, resolvia-se somando ou subtraindo uma geração porque em matéria de emigração contas certas não existem.

Quanto à importância demográfica e territorial do país e a importância de tais grandezas nas relações internacionais, conta-se que pouco tempo depois da independência o Presidente do Parlamento visitou a China e em conversa de circunstância no salão do aeroporto de Pequim o anfitrião perguntou qual era a população de Cabo Verde e à pergunta respondeu, com muita delicadeza e pouco entusiasmo, exagerando um bocadinho no número: cerca de 400 000! Nesse ponto, calmamente, o chinês pediu ao intérprete, repita, se faz favor: pergunto qual é a população

de Cabo Verde, não quantos vieram na delegação parlamentar! Um problema de comunicação entre 400 000 e 1 275 100 000.

Pois bem, por exemplo, segundo o último Relatório de Desenvolvimento Humano, Cabo Verde (103.º) vem antes de El Salvador (104.º) e China (105.º). O interlocutor apressado encolhe os ombros e vai-se embora, mas o interessado na compreensão da vida para lá dos números, põe-se logo a pensar em códigos e escalas. Isto só vale para dizer que nada é de graça, mesmo um raio de sol tem custo, que o diga o emigrante. A propósito, reza a História que a emigração cabo-verdiana, consequência do malthusianismo mais feroz, ainda sem Malthus, começou por volta de 1700 para os Estados Unidos da América, com a pesca da baleia, que fornecia óleo para a iluminação, e terá atingido valores significativos no princípio do século XIX, pois também há notícia de que os primeiros *americanos*, nome posto aos antigos emigrantes para os Estados Unidos da América de volta à casa, terão regressado à Brava em 1885.

No princípio do século XX, enquanto começava a saga do trabalho forçado nas roças de São Tomé e Príncipe, de triste memória e proveito, continuou a segunda vaga para os Estados Unidos. Entre 1925 e 1945 as restrições americanas aumentaram, designadamente através da rejeição de analfabetos e indocumentados, e houve que procurar destinos alternativos, tais como o Senegal, a Guiné, o Brasil e a Argentina.

Segundo Luís Batalha (2002: 58), durante a segunda metade do século XX, a emigração cabo-verdiana para os Estados Unidos e a Europa foi prejudicada por interesses portugueses que preferiam enviar os trabalhadores ditos contratados para as plantações de São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, onde a presença dos colonos europeus era cada vez mais precária. Apesar dessa estratégia de ocultação e discriminação, depois da Segunda Guerra Mundial, a terceira vaga de emigrantes foi para a Europa, principalmente, para a Holanda, Portugal, França, Luxemburgo, Itália e Suíça.

#### **Emigrantes cabo-verdianos por país de acolhimento (Estimativas referentes a 1998)**

<b>País de acolhimento</b>	<b>Número</b>	<b>Principais ilhas de origem</b>
Estados Unidos	264.900	Fogo, Brava, Stº. Antão, S. Nicolau
Argentina	5.200	Stº. Antão, S. Vicente
Brasil	3.000	Stº. Antão, S. Vicente
Canadá	3000	S. Vicente
<b>América total</b>	<b>273.400</b>	<b>Fogo, Brava, S. Antão, S. Nicolau e S. Vicente</b>
Angola	45.000	Santiago, Stº. Antão
Senegal	25.000	Santiago, S. Vicente
São Tomé e Príncipe	20.000	Santiago, St.º Antão
Guiné-Bissau	2.000	Santiago
Gabão	200	Santiago
<b>África total</b>	<b>93.200</b>	<b>Santiago, Stº. Antão e S. Vicente</b>
Portugal	80.000	Santiago, S. Vicente, Stº. Antão
França	25.000	Santiago, S. Vicente, Stº. Antão
Holanda	16.500	S. Nicolau, Santiago, SV, SA, Sal, Maio

Espanha	12.000	S. Nicolau, Santiago
Itália	10.000	S. Nicolau, SA, B. Vista, S. Vicente
Luxemburgo	3.000	Santiago, St.º Antão
Suíça	2.000	Santiago, St.º Antão, B. Vista
Bélgica	800	S. Nicolau
Suécia	800	S. Nicolau, S. Vicente
Alemanha	700	S. Nicolau
Noruega	300	S. Vicente, St.º Antão
<b>Europa total</b>	<b>151.180</b>	<b>Todas as ilhas</b>
<b>Emigrantes total</b>	<b>517.780</b>	<b>Todas as ilhas (1998)</b>
	434.812	População residente em Cabo Verde (2000)

Fonte: autor com estimativas do Instituto das Comunidades referentes a 1998

Poucos emigrantes cabo-verdianos voltam definitivamente durante a vida activa mas numerosos são aqueles que gozam as delícias do regresso e mantêm estreitíssimos laços afectivos, culturais e económicos com as ilhas, o que provavelmente se explicará pelo firme *ethos*, digamos o forte carácter extraído de factores adversos como a pobreza extensiva, a escravatura de transição, a mestiçagem geral e a emigração em múltiplas direcções.

Por outro lado, apesar de o mundo estar mais aberto do que no século passado, os fluxos migratórios são menos regulares e em muitos aspectos menos seguros, enquanto as diferenças entre os imigrantes e descendentes se acentuam na proporção do crescente desfasamento entre os países ricos e os países pobres, com as gerações seguintes a ter mais oportunidades de par com mais e maiores riscos.

Na verdade, mesmo entre os emigrantes há ganhadores e perdedores. Aqueles são os mais instruídos, educados, treinados, integrados em sociedades e mercados de trabalho mais sofisticados, os sortudos. Estes são os excluídos indocumentados, desempregados, condenados, sem tecto nem rendimento para a satisfação das necessidades básicas como alimentação, vestuário, educação, saúde e respeito.

Todos são igualmente cabo-verdianos, com o dever e o direito de participar no desenvolvimento da nação, de dar e de receber protecção. A força da identidade, as novas oportunidades que chegam com cada geração e o funcionamento em rede podem transformar diferenças em vantagens para uns e outros mas, para haver iguaria, os ingredientes precisam da arte do cozinheiro. Caldeados na adversidade das ilhas, ao longo de séculos, os cabo-verdianos foram parar a terras estranhas onde nunca chegaram a instalar-se para sempre, embora o não regresso também aconteça cada vez mais.

A independência nacional deu o primeiro golpe no fado, eliminando a assombração da fome. Agora, falta encarar a emigração como eixo fundamental de uma estratégia que não seja só de subsistência, mas de desenvolvimento, na qual a cooperação internacional ajude a pescar sem, para tanto, deixar de vender o seu próprio peixe, porque negócios são negócios e a mão estendida não se eleva.

## Alguém tem de atravessar o Rubicão

No dia em que Cabo Verde inverter a relação entre o improvisado e o pensado, e o segundo termo deste par predominar na conduta individual e colectiva, mesmo sem inventar, nem sequer fabricar a medida do tempo, esse banal instrumento chamado relógio, a sociedade terá dado um passo de gigante. Mas para tal acontecer, há que provar à alma de Joseph Alois Schumpeter que, afinal de contas, não é sempre que em democracia «o político está tão preocupado em não cair da montada que não tem tempo de saber para onde corre o cavalo do poder», metáfora pertinentemente recuperado por Mário Murteira num ensaio cativante sobre o tempo das transições, a propósito do que é a globalização (Murteira 2003: 100).

Imagine-se a emigração, mais do que a população residente, com todas as suas relações e interfaces, enquanto mercado de produtos e serviços, turismo incluído, «made in Cape Verde», sim, fabricado em Cabo Verde, com alta sofisticação mais cor, sabor e arte. Pense-se nos académicos, investigadores, artistas, desportistas, especialistas disto e daquilo, formados em diversas escolas e países do mundo, com as possibilidades de cada vez maior interacção presencial e a distância. Recorde-se a têmpera adquirida nas ilhas e em tantas partes do globo, sempre com cada ilha e o país no coração.

Sim, compare-se, como na anedota da China, todos os trabalhadores de alta qualidade que Cabo Verde um dia possa formar, verdadeiramente competitivos, com o mercado de trabalho global que se desenha e ouça-se Peter Drucker dizer que «a categoria de mão-de-obra em ascensão é a dos *trabalhadores do conhecimento*, detentores de algum grau de ensino superior e que desempenham as múltiplas funções especializadas exigidas pela *economia do conhecimento*, por exemplo, especialistas em informática, formação, estudos de mercado, contabilistas, enfermeiros, dentistas, etc.» Até parece que o homem fala para ilhéu ouvir (Murteira, op. cit: 70).

Pois bem, provavelmente, sem nisto ter pensado e sem que o país dê pela real dimensão do fenómeno e problema, dezenas de cabo-verdianos já pertencem a esta categoria ascendente de trabalhadores do conhecimento no mercado mundial sempre em expansão e luta, onde ser elefante não é necessariamente mais interessante do que ser pulga. Mas será que, por excessiva prudência ou grave negligência, Cabo Verde subestima as lições da História e perde oportunidade sobre oportunidade de imprimir novo ritmo e impor novos padrões de qualidade no processo de desenvolvimento, integrando a economia, a educação e a emigração numa visão ampla e de longo prazo, sensível às novas possibilidades que a evolução do mundo oferece?

Seja quais forem as explicações, para mudar o curso dos acontecimentos, a economia terá de ser vista com olhos do século XXI, a educação terá de ocupar lugar central na definição de políticas públicas e a emigração terá de deixar de ser vista como fado ou triste sina, para passar a ser projecto de realização individual e colectiva, um dos principais suportes de um desígnio nacional. Porém, a existência destes ingredientes não dispensa o papel da liderança com obrigação, legitimidade e capacidade renovadas para ver mais longe, fixar objectivos, combinar meios e mobilizar a gente, com doses tremendas de ousadia e realismo.



A sorte está lançada, e neste ponto, atravessar o Rubicão é, entre outras coisas, criar um ensino superior a sério, assente nos pilares da cidadania e da cultura, da ciência e da inovação, esta entendida também no sentido de adaptação, incremento e imitação inteligente, como convém a uma pequena sociedade de dispersões insulares. Mas quem entende da arte de transformar fados em projectos?

### **Conclusão**

Sociedade homogénea, com forte coesão interna e cuja natureza se confunde com a globalização, seja qual for o significado deste termo, os cabo-verdianos têm potencial histórico e cultural para, progressivamente, melhorar o seu lugar no mundo. Todavia, os passos dados depois da independência e o sucesso da transição para a democracia, apesar da fragilidade da economia e da sociedade num sistema mundial em desmoronamento, sugerem persistência na busca de novas abordagens e novas práticas, em particular no que diz respeito à relação entre os domínios do público e do privado, assim como ao modo de fazer política, campo em que comportamentos egoístas e de pura imitação, como já se vai notando, podem ser fatais.

Quase trinta anos depois do Dia D, o 5 de Julho de 1975, tudo aponta para a revisão das causas da pobreza e da riqueza da nação, incluindo os cabo-verdianos de *trás d'horizonte* (cabo-verdianos do ultramar) enquanto parte e interface de um Cabo Verde que já não se dá por feliz com a sobrevivência, nem mesmo a dependência do exterior, porque sabe que «a mão que recebe posiciona-se sempre abaixo da mão que dá», segundo um aforismo africano lembrado por David Landes (op. cit. : 523) e também sabe que, no mundo que se redesenha, pode libertar-se pelo conhecimento. Nesta mudança de ciclo, a atitude política em relação à economia do conhecimento e, por conseguinte, à Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) fará a grande diferença.

## Bibliografia

- Almeida, Germano (2003), *Cabo Verde: Viagem pela História das Ilhas*, Lisboa: Caminho.
- Batalha, Luís (2002), *The Cape Verdean Community in Portugal*, Tese de doutoramento.
- Brito-Semedo, Manuel (2003), Comunicação in *História da Instrução Pública em Cabo Verde*.
- Couto, Mia (2003), *Economia: A Fronteira da Cultura* [<http://bazongadakilumba.blog-city.com/read/169355.htm>].
- Landes, David (1999), *The Wealth and Poverty of the Nations*, Nova Iorque: W.W. Norton & Company.
- M'Bokolo, Elikia (2003), *África Negra – História e Civilizações*, Tomo I. Lisboa: Vulgata.
- Murteira, Mário (2003), *O Que É Globalização*, Lisboa: Quimera.
- Ribeiro, Orlando (1994), *Originalidade da Expansão Portuguesa*, Lisboa: João Sá da Costa.
- Rogero, Danijela B. (2001), *A migração do leste da Europa e as suas consequências para Portugal*, Estudo Político-Jurídico comparado para o MAI
- Velho, Gilberto (2002), «Dimensões da Cultura na Sociedade Moderno-Contemporânea» in *Cruzamento de Saberes Aprendizagens Sustentáveis*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.